

DOI: 10.46943/V.CINTEDI.2024.01.021

INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE O PROGRAMA INCLUIR

David Barbalho Pereira¹
Francisco Ricardo Lins Vieira de Melo²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a produção científica brasileira sobre o Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior. Instituído em 2005, essa política pública visa fomentar o desenvolvimento de políticas institucionais de inclusão e acessibilidade de estudantes com deficiência nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES), configurando-se como importante iniciativa voltada à inclusão e acessibilidade desse público na Educação Superior. Metodologicamente, este estudo se caracteriza como uma revisão integrativa de literatura. Dentre os 25 estudos mapeados no Portal de Periódicos Capes, 10 artigos publicados entre 2008 e 2022 integraram o escopo de análise. Em linhas gerais, os textos analisam desdobramentos da implementação do Programa Incluir no cotidiano das IFES, tratando das condições de permanência de estudantes com deficiência e outras Necessidades Educacionais Específicas nessas instituições. A análise dos artigos possibilitou a identificação de três ênfases analíticas presentes na literatura mapeada, voltados especificamente para os seguintes objetos de análise: a) evolução do ingresso de estudantes com deficiência nas IFES e a sua correlação com o Programa Incluir; b) iniciativas institucionais voltadas à inclusão e acessibilidade de estudantes com deficiência promovidas pelas IFES e pelos seus Núcleos de Acessibilidade, no contexto da implementação do Programa Incluir e; c) conjuntura

1 Doutorando em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGED/UFRN) - RN, david.barbalho@ufrn.br

2 Prof. Titular do Departamento de Fisioterapia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN (PPGED/UFRN) - RN, ricardo.lins@ufrn.br

e concepção do Programa Incluir frente às dimensões política, socioeconômica e estrutural dados nos cenários nacional e internacional. Entende-se que os enfoques analíticos que caracterizam os estudos mapeados evidenciam a relevância do Programa Incluir no fomento de iniciativas institucionais voltadas ao enfrentamento das barreiras de acessibilidade e consequente permanência de estudantes que são Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) nas IFES. O escopo analítico adotado pelas pesquisas vai além dos aspectos formais da política pública e tem potencial de contribuir significativamente com a literatura da área da Educação Especial, dado que analisa a inclusão e acessibilidade desses públicos em termos mais abrangentes.

Palavras-chave: Programa Incluir, Inclusão e Acessibilidade, Educação Superior, Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

Diversos são os fatores determinantes do processo de inclusão de estudantes com deficiência na Educação Superior. Além das condições de acesso a esse nível de ensino, a inclusão efetiva desses sujeitos nas Instituições de Educação Superior (IES) requer um amplo processo de mudanças nos seus sistemas educacionais, assim como no delineamento de políticas institucionais voltadas ao enfrentamento de barreiras de acessibilidade, compreendendo-a em suas múltiplas dimensões - quais sejam arquitetônica, atitudinal, comunicacional, instrumental, metodológica, natural e programática (Sasaki, 2019)³.

No Brasil, a garantia à inclusão educacional de todas as pessoas nos sistemas de educação se consolidou ao longo das últimas três décadas e está sedimentada em um expressivo arcabouço normativo legal, dentre os quais cabe destacar os seguintes dispositivos: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996) (Brasil, 1996); Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008); e Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015) (Brasil, 2015). Essa robustez legislativa e normativa tem como plano de fundo a adesão e ratificação do país a diversos acordos internacionais pautados por princípios de universalização e equidade nos sistemas de educação, assim como a atuação constante de movimentos sociais das pessoas com deficiência junto aos governos.

Nesse sentido, destaca-se o Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009, o qual promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007 (Brasil, 2009). Ao tratar especificamente da Educação Superior, o referido Decreto especifica a responsabilidade dos Estados signatários em assegurar o acesso das pessoas com deficiência ao Ensino Superior, sem discriminação e em igualdade de condições, garantindo a provisão de adaptações a esse público (Brasil, 2009, Art. 24).

3 A obra de Romeu Sasaki anterior ao livro “As sete dimensões da acessibilidade”, publicado em 2019, explora o conceito de acessibilidade a partir de seis dimensões, a saber: atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, programática e metodológica. Já na referida publicação, Sasaki (2019) adiciona a esse escopo a dimensão “acessibilidade natural”, definida como “[...] acesso sem barreiras nos espaços criados pela natureza e existentes em terras e águas de propriedades públicas ou particulares” (Sasaki, 2019, p. 156).

Esse cenário está associado ao estabelecimento de novos contornos às políticas educacionais no Brasil a partir das décadas de 2000 e 2010. Trata-se de um período marcado por avanços na legislação e implementação de políticas públicas voltadas ao ingresso e permanência das pessoas com deficiência nas IES⁴. Nesse escopo, destaca-se o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Programa Incluir), instituído em 2005, no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), assim como a Lei de Cotas para o Ensino Superior, por meio da Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. A referida Lei dispõe sobre o ingresso de públicos prioritários nas universidades federais e instituições federais de ensino técnico, instituindo a reserva de vagas para pessoas pretas, pardas e indígenas (Brasil, 2012). Por meio de alteração instituída na Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016, as pessoas com deficiência passam a integrar o público-alvo dessa política (Brasil, 2016), configurando-se como um expressivo marco legislativo na garantia do acesso dessas pessoas às IES.

Já o Programa Incluir foi criado com o objetivo de promover o desenvolvimento de políticas institucionais de acessibilidade nas IFES, assim como fomentar a implementação de núcleos de acessibilidade voltados à inclusão das pessoas com deficiência. Em sua primeira fase de implementação (2005 a 2011), a concessão de recursos do Programa Incluir às IFES foi operacionalizada por meio da abertura de chamadas públicas concorrenciais, às quais as instituições submetiam projetos alinhados aos parâmetros delineados em nível central, ou seja, voltados à criação e consolidação dos Núcleos de Acessibilidade, assim como à eliminação de barreiras de acessibilidade em suas diversas dimensões (Brasil, 2013).

A partir do ano de 2012, o Programa Incluir muda de configuração e passa realizar o aporte financeiro diretamente na matriz orçamentária de todas as IFES, com a finalidade de impulsionar ações e políticas de acessibilidade com base nos seguintes eixos: Infraestrutura; Currículo, comunicação e informação; Programas de extensão; e Programas de pesquisa (Brasil, 2013).

A implementação das políticas públicas supracitadas apresenta desdobramentos claros nas realidades das IFES, dentre os quais destaca-se o crescente acesso de estudantes que são Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) e, em particular, aqueles com deficiência nessas instituições. Dados do Censo da

4 A partir da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, compreende-se como Público-Alvo da Educação Especial os(as) estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008).

Educação Superior dimensionam esse fenômeno: entre os anos de 2011 e 2021, a quantidade de matrículas de estudantes PAEE subiu de 22.367 para 63.404. Em termos proporcionais, essa variação representa um crescimento de 0,33% para 0,71% em relação ao total de matrículas em cursos de Graduação (MEC, 2022).

Nesse contexto, o crescente acesso de estudantes com deficiência à Educação Superior registrado nas décadas de 2000 e 2010 vem pressionando as IFES a garantir, continuamente, sistemas e ambientes educacionais cada vez mais acessíveis e inclusivos, considerando as Necessidades Educacionais Específicas (NEE) desse público, no intuito de garantir as condições necessárias à sua permanência e êxito acadêmico.

Apesar do aumento nos indicadores de ingresso constatado nas últimas duas décadas, pontua-se que o acesso consiste em uma das etapas da inclusão dos(as) estudantes PAEE na Educação Superior, estando este componente interligado à permanência no processo de inclusão desses estudantes (Silva; Pimentel, 2021). Ou seja, o ingresso, por si, não é garantia da efetiva inclusão desses públicos na Educação Superior. Ao tratar especificamente dos(as) estudantes com deficiência visual, Silva e Pimentel (2021) concluem que a efetividade da permanência estudantil é fator que efetiva a inclusão, dado que o ingresso no Ensino Superior se encontra devidamente regulamentado - compreensão esta que pode ser ampliada aos demais estudantes que são PAEE.

Reconhecendo a permanência como componente crítico à inclusão de estudantes PAEE na Educação Superior e reconhecendo a relevância do Programa Incluir enquanto uma das principais iniciativas inseridas na política educacional inclusiva no Brasil, o presente artigo tem como objetivo geral **analisar a produção científica brasileira sobre o Programa Incluir**.

A publicação deste texto está situada no momento no qual o Programa Incluir se aproxima de duas décadas de implementação. Nesse sentido, infere-se que a realização de estudos com foco na sistematização do conhecimento produzido sobre a política analisada é oportuna. Além disso, pontua-se que, embora a literatura voltada à inclusão de pessoas com deficiência na Educação Superior esteja concentrada nas ações de acesso, permanência e implementação de recursos (Louzada; Martins, 2022), os estudos voltados ao processo de inclusão das pessoas com deficiência nesse nível de ensino ainda são incipientes (Jacobous et al., 2022).

Além da Introdução (Seção 1), o artigo em tela apresenta o detalhamento dos procedimentos metodológicos adotados na revisão de literatura

aqui desenvolvida, o que culmina na apresentação dos textos selecionados a partir da aplicação de critérios específicos (Seção 2). Na sequência, na Seção 3, prossegue-se com a análise dos textos que integram o escopo de análise, estruturando-a de acordo com as vertentes temáticas identificadas na análise das pesquisas. Por fim, são apresentadas as considerações finais (Seção 4) e as referências utilizadas no estudo.

2 METODOLOGIA

Com o intuito de explorar a produção científica brasileira referente ao Programa Incluir, realizou-se uma revisão de literatura do tipo integrativa, compreendida por Souza, Silva e Carvalho (2010) como “[...] a mais ampla abordagem metodológica referente à revisões [...]” (Souza, Silva e Carvalho, 2010, p. 103). Segundo os(as) autores(as), esse tipo de revisão pode combinar contribuições empíricas e teóricas acerca do tema investigado, bem como se ater à definição de conceitos, revisão teórica e de evidências e análise de problemas metodológicos acerca de um tema (Souza, Silva e Carvalho, 2010).

A realização da pesquisa seguiu a sequência de etapas proposta por Souza, Silva e Carvalho (2010), por meio da qual estrutura-se o desenvolvimento de revisões integrativas em seis fases: 1) elaboração da pergunta norteadora; 2) busca ou amostragem na literatura; 3) coleta de dados; análise crítica dos estudos incluídos; 5) discussão dos resultados e; 6) apresentação da revisão integrativa (Souza, Silva e Carvalho, 2010, p. 104-105).

Desse modo, o presente estudo adotou a seguinte pergunta norteadora:

Como se caracteriza e quais os principais resultados apresentados pela produção acadêmica sobre o Programa Incluir?

Ao adotar como objetivo geral analisar a produção científica brasileira sobre o Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior, o texto em tela consiste em uma revisão de literatura construída a partir do mapeamento e análise da produção acadêmica publicada em periódicos científicos brasileiros e indexados ao Portal de Periódicos Capes.

No mapeamento preliminar, realizado em janeiro de 2024, utilizou-se o termo “Programa Incluir” em todos os campos de busca do Portal, com vistas a ampliar ao máximo os resultados do mapeamento. Dessa forma, foram recuperados textos que apresentam o termo adotado no título, no resumo ou entre as palavras-chaves indexadas respectivos pelos(as) autores(as). Não

foram especificados critérios de temporalidade, ficando mantida a configuração padrão da plataforma, compreendida no período de 2001 a 2022.

Na referida etapa, foram resgatados 25 resultados, sobre os quais se prosseguiu com a análise preliminar e verificação dos seguintes critérios de inclusão: a) artigos publicados em periódicos revisados por pares; b) artigos situados no recorte temático adotado; c) publicações em idioma Português e; d) textos disponíveis integralmente. Foram desconsiderados do recorte de análise: a) artigos repetidos; b) artigos de revisão; e c) textos publicados em idiomas estrangeiros. A seleção dos trabalhos resultou no escopo de 10 estudos (quadro 1), sob os quais prosseguiu-se com a análise.

Quadro 1 - Artigos selecionados para análise.

n.	Autoria (ano)	Título	Periódico / Edição
1	Rechico e Freitas (2008)	UFRR e o Programa Incluir: uma parceria na inclusão de alunos com NEE no ensino superior	Acta Geográfica ano II, n. 3, jan./jun. 2008
2	Moreira, Pereira, Amorim e Moretto Neto (2011)	Políticas de inclusão aplicadas na Universidade Federal de Santa Catarina: gestão social ou gestão estratégica?	Revista Gestão Universitária na América Latina v. 4, n. 4, 2011
3	Martins, Leite e Lacerda (2015)	Políticas públicas para acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior brasileiro: uma análise de indicadores educacionais	Ensaio: aval. pol. públ. Educ. v. 23, n. 89, out./dez. 2015
4	Ciantelli e Leite (2016)	Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras	Rev. Bras. Educ. Espec. v. 22, n. 3, jul./set. 2016
5	Ciantelli, Leite e Nuernberg (2017)	Atuação do psicólogo nos 'núcleos de acessibilidade' das universidades federais brasileiras	Psicol. Esc. Educ v. 21, n. 2, maio/ago. 2017
6	Maciel e Anache (2017)	A permanência de estudantes com deficiência nas universidades brasileiras	Educ. Rev. v. 33, n. esp. 3, dez. 2017
7	Diniz e Silva (2020)	Comparativo dos dados censitários da educação Programa Incluir aos dias atuais	Horizontes – Revista de v. 9, n. 11, 2020
8	Muzi e Medeiros (2021)	Políticas públicas governamentais federais de acessibilidade na educação superior: O Programa Incluir e seus reflexos em Instituição do Estado do Rio de Janeiro	Revista Interfaces da Educação v. 12, n. 36, 2021
9	Silva e Carvalho (2021)	Educação superior contemporânea em tempos de luta por inclusão no sistema de ensino brasileiro	Instrumento v. 23, n. 1, jan./abr. 2021

n.	Autoria (ano)	Título	Periódico / Edição
10	Palmeira, Cordeiro e Silva (2022)	As políticas de inclusão na educação superior pública brasileira: o Programa Incluir no contexto da UFAL – Campus Arapiraca Sede	Horizontes v. 40, n. 1, 2022

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

É válido pontuar que o procedimento metodológico proposto neste artigo possui limitações oriundas principalmente do perfil de publicações selecionadas para análise. Consta-se, por exemplo, que a inclusão de dissertações, teses, trabalhos publicados em anais de eventos e capítulos de livros em muito acrescentaria quantitativa e qualitativamente ao escopo analisado. No entanto, pontua-se que o desenvolvimento da análise aqui apresentada, sobretudo quanto às categorias analíticas, pode colaborar com a realização de futuros estudos de revisão mais abrangentes.

3 CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS ARTIGOS SOBRE O PROGRAMA INCLUIR

Embora o conjunto de artigos selecionados para análise não corresponda à totalidade da produção acadêmica sobre o Programa Incluir, considera-se que o volume de estudos voltados diretamente a essa política é incipiente, visto que no intervalo de 18 anos (2005-2022) foram registradas dez (10) publicações em periódicos nacionais indexados ao Portal de Periódicos Capes.

Considera-se, no entanto, a possibilidade de que não haja vinculação direta entre os estudos que descrevem e analisam as políticas de inclusão e acessibilidade e atuação dos núcleos de acessibilidade no âmbito das IFES ao Programa Incluir - embora esta tenha sido a iniciativa mais expressiva para a viabilização, criação e consolidação dessas instâncias de gestão nas universidades federais brasileiras.

Verifica-se uma tendência de concentração da produção no período de 2017 a 2022. Embora o Programa Incluir tenha sido implementado em 2005, as publicações datadas até 2016 (doze anos) somam quatro (4), o que representa a média de uma (1) publicação a cada três anos. Já as pesquisas publicadas entre 2017 e 2022 totalizam seis (6), ou seja, uma média de uma (1) publicação por ano. Desse modo, é possível inferir que a ampliação da Política de Reserva de Cotas, no ano de 2016, pode explicar o aumento significativo desta produção

acadêmica, dado o expressivo ingresso de estudantes com deficiência e consequente ampliação das investigações situadas nesse escopo temático.

A leitura e análise dos artigos mapeados aponta para a existência de três enfoques temáticos adotados pelos(as) autores(as) na concepção e desenvolvimento das referidas pesquisas, a saber: a) análise da evolução e mudanças do perfil de ingresso de estudantes com deficiência nas IFES e a sua correlação com a implementação do Programa Incluir; b) descrição e análise de iniciativas institucionais voltadas à inclusão e acessibilidade de estudantes com deficiência promovidas pelas IFES e, mais especificamente, pelos Núcleos de Acessibilidade nelas constituídos, no contexto da implementação do Programa Incluir; e c) análise de conjuntura e de concepção do Programa Incluir, frente a aspectos políticos, socioeconômicos e estruturais dados nas conjunturas nacional e internacional. Os trabalhos que integram cada uma das categorias serão analisadas respectivamente nas subseções 3.1, 3.2 e 3.3.

Em maior volume, se destacam as produções voltadas à descrição e análise de iniciativas institucionais voltadas à inclusão e acessibilidade de estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (Rechico e Freitas, 2008) e com deficiência na Educação Superior (Ciantelli e Leite, 2016; Ciantelli, Leite e Nuernberg, 2017; Muzi e Medeiros, 2021; Palmeira, Cordeiro e Silva, 2022). Esses estudos estão voltados sobretudo às ações e serviços oferecidos pelos núcleos de acessibilidade atuantes nas IFES, assim como à realização de medidas institucionais voltadas à mitigação de barreiras de acessibilidade nesses ambientes.

As concepções que permeiam a formulação e implementação do Programa Incluir e de outras políticas de ações afirmativas são apreciadas em profundidade pelos textos de Moreira et al (2011), Maciel e Anache (2017) e Silva e Carvalho (2021). Um outro grupo de artigos aborda o ingresso de estudantes com deficiência (Martins, Leite e Lacerda, 2015) e PAEE no contexto da implementação de políticas afirmativas (Diniz e Silva, 2020).

Quanto às estratégias metodológicas adotadas pelos(as) pesquisadores(as), destaca-se a realização de estudos de caso (Moreira et al., 2011; Muzi; Medeiros, 2021; Palmeira; Cordeiro; Silva, 2022); análise documental, com ênfase na análise de dados censitários de bases de dados educacionais (Martins; Leite; Lacerda, 2015; Maciel; Anache, 2017; Diniz; Silva, 2020; Silva; Carvalho, 2021); e pesquisas de levantamento (Ciantelli; Leite, 2016; Ciantelli; Leite; Nuernberg, 2017). Em menor frequência, elenca-se o trabalho de Rechico e Freitas (2008), aqui entendido como um relato de experiência.

3.1 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO PERFIL DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A pesquisa documental realizada por Martins, Leite e Lacerda (2015) se debruça sobre os resumos técnicos e planilhas do Censo da Educação Superior do período de 2000 a 2011 e documentos do Programa Incluir, com o objetivo de analisar as políticas relativas à Educação Superior com base em indicadores educacionais. A partir dos resultados apresentados, as autoras constatarem o crescimento de matrículas de estudantes com deficiência após a implementação do Programa Incluir – sobretudo, a partir do ano de 2009, momento no qual, dado o salto no número de matrículas de estudantes com deficiência, se observam impactos da política pública nessas instituições. No entanto, destacam que esses quantitativos ainda são inexpressivos quando comparados ao público total matriculado nessas instituições e apontam para a necessidade de analisar criticamente o baixo ingresso de estudantes na Educação Superior, quando comparados aos quantitativos obtidos na Educação Fundamental.

Ao abordar as condições de Recursos de Tecnologia Assistiva disponíveis às pessoas com deficiência, Martins, Leite e Lacerda (2015) lançam luz sobre uma possível correlação entre as condições de acessibilidade disponíveis nessas instituições e as demandas apresentadas pelos(as) estudantes em função do tipo de deficiência apresentada, ao passo que constatarem a predominância de matrículas de estudantes com deficiência física, deficiência visual e deficiência auditiva. Em paralelo, evidenciam a predominância de recursos de acessibilidade voltados ao atendimento das demandas desses estudantes e, em particular, no âmbito da acessibilidade comunicacional.

Ao analisar os dados censitários da Educação Superior do Brasil e do estado do Mato Grosso do Sul (MS) entre os anos de 2013 e 2017, Diniz e Silva (2020) utilizam como principal fonte de dados o Censo da Educação Superior, comparando os dados obtidos nos anos de 2013 e 2017. A partir da apresentação e análise dos resultados, as autoras constatarem um aumento no quantitativo geral de matrículas de estudantes nas Instituições Públicas de Educação Superior (IPES), assim como dentre estudantes PAEE - aspecto verificado nos recortes nacional, regional (Região Centro-Oeste) e estadual (estado do MS). No entanto, as autoras compreendem essa mudança como um aumento tímido quando comparado ao quantitativo geral de estudantes nesse nível de ensino. Em paralelo, evidenciam ainda uma incidência mais expressiva de estudantes

que apresentam deficiências sensoriais (baixa visão, deficiência auditiva e deficiência física), o que acompanha a tendência dos dados nacionais.

Em linhas gerais, ambas as pesquisas apontam para o crescimento no número de matrículas de estudantes PAEE na Educação Superior, destacando, no entanto, que esse público ainda consta como uma parcela muito reduzida da quantidade total de estudantes matriculados nas IES. Além disso, entende-se aqui que a observância de diferentes recortes subnacionais frente às tendências identificadas em escala nacional pode lançar luz sobre os aspectos locais que influenciam a implementação do Programa Incluir.

Merece destaque o fato de que os estudos supracitados também envolvem em seus corpos de análise instituições que não constam como público-alvo do Programa Incluir, dado que esta política pública contempla, em seu desenho, as universidades públicas federais. O texto de Martins, Leite e Lacerda (2015) se debruça sobre as instituições públicas e também privadas. Já Diniz e Silva (2020) incluem em seu escopo analítico instituições estaduais e municipais de Educação Superior. Compreende-se, desse modo, que a produção acadêmica sobre o Programa Incluir vem sendo guiada fundamentalmente pela pauta da inclusão e acessibilidade de estudantes com deficiência na Educação Superior e extrapola o escopo delineado formalmente no âmbito da política. Outro exemplo disso é a realização de estudos que discutem o Programa Incluir de forma articulada a outras políticas de ações afirmativas, fator a ser detalhado no subitem 3.3.

3.2 INICIATIVAS INSTITUCIONAIS VOLTADAS À INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NAS IFES

Considerando a ampliação das discussões e compreensão das necessidades educacionais específicas dos indivíduos, a difusão dos debates em torno da diversidade, a pluralidade no contexto educacional e a necessidade de que as instituições de ensino se atualizem e reflitam sobre esses aspectos, Rechico e Freitas (2008) apresentam os objetivos e iniciativas previstas para implementação no âmbito da Universidade Federal de Roraima, que passou a ser contemplada pelo Programa Incluir no ano de 2007.

Trata-se de um texto que contribui para o entendimento da necessidade de institucionalização de medidas pautadas pela inclusão desses públicos, uma vez que lista os objetivos institucionais delineados por ocasião da adesão ao

Programa Incluir, e ainda em processo de elaboração no âmbito desta instituição. O artigo evidencia, portanto, a relação direta entre a sua implementação e fomento de iniciativas locais voltadas à inclusão e acessibilidade nas universidades contempladas.

Com o objetivo de traçar um panorama das ações voltadas à participação das pessoas com deficiência nas IFES e realizadas pelos núcleos de acessibilidade atuantes nessas instituições, Ciantelli e Leite (2016) apresentam um levantamento das ações realizadas por essas instâncias. Dentre as 55 instituições contempladas pelo Programa Incluir e mapeadas pelas autoras, a análise desenvolvida adotou como corpus as respostas obtidas junto a 17 coordenadores(as) desses núcleos, por meio de questionário eletrônico.

Desse modo, o panorama traçado por Ciantelli e Leite (2016) aponta para resultados da implementação do Programa Incluir nos múltiplos contextos institucionais contemplados pela política pública, uma vez que permite delinear um quadro geral da atuação dos núcleos de acessibilidade atuantes nas IFES, sobretudo quanto aos serviços por eles realizados. Os resultados do estudo evidenciam uma ampla diversidade de ações realizadas pelos núcleos, as quais perpassam as múltiplas dimensões de acessibilidade e se conectam às características e contextos locais. Além disso, a pesquisa lança luz sobre os desafios vivenciados nas IFES, os quais incluem necessidade de maior projeção e autonomia institucional, limitações no acesso a recursos e demanda por ampliação das suas ações.

Partindo da mesma base metodológica adotada por Ciantelli e Leite (2016), o estudo de Ciantelli, Leite e Nuernberg (2017) possui como foco compreender as ações da Psicologia desenvolvidas nos núcleos de acessibilidade das IFES, com ênfase nas iniciativas que visam eliminar as barreiras atitudinais presentes no ambiente universitário, tratando ainda das contribuições do profissional psicólogo para a inclusão na Educação Superior.

O corpus adotado na análise dos dados consiste nas respostas de 17 coordenadores(as) de núcleos de acessibilidades atuantes em IFES e respondidas por meio de formulário eletrônico. O exame das ações mapeadas indica uma tendência para a realização de estratégias de sensibilização e conscientização junto à comunidade acadêmica, com o intuito de provocar reflexões acerca da importância da inclusão na Educação Superior. Nesse cenário, o profissional psicólogo possui amplo potencial de atuação. A esse escopo se soma a atuação do(a) profissional no suporte psicológico a estudantes com dificuldades de

adaptação ao contexto universitário, orientação e planejamento de estratégias de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência, além de contribuições com um clima organizacional saudável nos núcleos e universidades (Ciantelli, Leite e Nuernberg, 2017, p. 309).

Já o estudo de caso realizado por Muzi e Medeiros (2021) adota como lócus a Universidade Federal Fluminense (UFF) e busca analisar os efeitos do Programa Incluir na instituição, a partir da apresentação de projetos para captação de recursos do Programa nos anos de 2007, 2008 e 2010. A coleta de dados se deu entre os anos de 2018 e 2019 e teve como finalidade verificar se houve otimização das condições de acesso e permanência de estudantes com deficiência na instituição, assim como compreender de que forma a comunidade acadêmica da Universidade percebe as condições de acessibilidade e inclusão ali presentes (Muzi e Medeiros, 2021).

A análise dos dados está centralizada nos dados que evidenciam a percepção dos participantes da pesquisa quanto à acessibilidade na instituição, e resulta na constatação de que o entendimento geral dos respondentes apresenta compatibilidade com as medidas adotadas pela instituição no recorte temporal investigado. Além disso, Muzi e Medeiros (2021) apontam para a existência de problemas na comunicação governamental quanto a divulgação do Programa Incluir - dada a baixa frequência de participantes que sinalizaram conhecer essa política pública -, assim como à necessidade de melhorar a transparência de alocação de recursos obtidos por meio do Programa.

O estudo de caso realizado por Palmeira, Cordeiro e Silva (2022) possui como foco a implementação de ações oriundas do Programa Incluir na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), campus Arapiraca Sede, e utiliza como principal fonte de dados as informações obtidas junto ao Núcleo de Acessibilidade da instituição. Considerando a recente implementação desta instância na universidade, no ano de 2018, os(as) autores(as) apontam que, no âmbito institucional, predomina uma concepção da acessibilidade ainda diretamente vinculada (somente) à sua dimensão arquitetônica. Sinaliza-se ainda para a necessidade de melhoria das condições de trabalho do Núcleo, as quais envolvem composição da equipe multiprofissional, instalações físicas, capacitação de servidores(as) e sensibilização da comunidade universitária (Palmeira, Cordeiro, Silva, 2022, p. 19).

Destaca-se que, diferente do estudo realizado por Muzi e Medeiros (2017), o objeto de análise adotado por Palmeira, Cordeiro e Silva (2022) se situa no

período no qual o Programa Incluir passa a contemplar todas as IFES no repasse de recursos financeiros em suas matrizes orçamentárias, fomentando ações voltadas à acessibilidade (Brasil, 2013). Além disso, as principais medidas institucionais voltadas à inclusão e acessibilidade de estudantes com deficiência identificadas pelos(as) pesquisadores(as) não são provocadas diretamente pelo Programa, uma vez que o Núcleo de Acessibilidade do referido campus foi criado no ano de 2018. O papel do Programa Incluir, nesse contexto, é viabilizar as mudanças e ajustes institucionais demandados pelo ingresso de estudantes com deficiência oriundos da Política de reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos de Educação Superior nas instituições Federais de Ensino (Brasil, 2016).

Os estudos elencados possuem diferentes escalas de abrangência e foram realizados em diferentes momentos da trajetória do Programa Incluir. A diversidade de enfoques e escopo de análise possibilita uma compreensão geral da importância dessa política pública como indutora da melhoria das condições de acessibilidade nas IFES. Nesse sentido, a literatura apresenta casos que vão desde a fase de elaboração de projetos voltados ao pleito de recursos do Programa (Rechico; Freitas, 2008), até os esforços para a mensuração dos impactos gerados pelo Programa, por meio de investigação situado em um período de maior distanciamento temporal quando da adesão da Universidade ao Incluir (Muzi e Medeiros, 2021).

Os diversos procedimentos metodológicos identificados merecem destaque e possibilitam um nível de complementaridade satisfatório. Os estudos de levantamento possibilitam uma análise geral da atuação dos núcleos de acessibilidade, ao passo que estudos de caso único possibilitam uma compreensão mais detalhada dos perfis de atuação dessas instâncias, assim como dos desafios institucionais enfrentados no ambiente universitário.

No entanto, cabe apontar ressalvas quanto às inferências de causalidade entre o Programa Incluir e o crescente ingresso de estudantes com deficiência nas IFES, na medida em que outras iniciativas governamentais podem exercer mais influência sobre esse fenômeno. Nesse contexto, o Programa Incluir possui papel central na garantia de recursos que sustentam as condições de permanência desses estudantes nas IFES, sobretudo quanto à criação e manutenção dos núcleos de acessibilidade nelas constituídos e atendimento à esse sujeitos em suas diversas Necessidades Educacionais Específicas.

3.3 CONJUNTURA E CONCEPÇÃO DO PROGRAMA INCLUIR

Ao analisar o Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - o qual inclui o Programa Incluir, o sistema de cotas e o Curso Pré-Vestibular - o estudo de caso realizado por Moreira et al. (2011) se fundamenta nos pressupostos da Gestão Social e da Gestão Estratégica como lente analítica para compreender em qual desses paradigmas as políticas de inclusão ali implementadas se situam. Constatam, os(as) autores(as), que há uma predominância do paradigma da Gestão Estratégica na gestão dessas políticas, dado que estão situadas no Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade no recorte de Inclusão Social, possuindo ainda estruturas organizacionais e aportes financeiros característicos. No entanto, ressalta-se a existência de alinhamento à Gestão Social quando da sua criação, assim como características de inovação social, dado que possuem como objetivo central a inclusão de grupos sociais historicamente marginalizados.

Ao analisar o Programa Incluir enquanto estratégia de permanência de estudantes com deficiência na Educação Superior, Maciel e Anache (2017) consideram elementos da conjuntura em seus aspectos sociais, políticos e econômicos que permeiam a concepção e implementação desta política pública. A análise documental e bibliográfica desenvolvida pelas autoras permite a identificação de gargalos na concepção e implementação da política frente às demandas institucionais das IFES, assim como pontos de contradição. Exemplo disso é o enfoque do Programa às universidades públicas federais, quando os maiores programas de permanência de estudantes - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e Programa Universidade para Todos (PROUNI) - contemplam as instituições privadas, assim como ausência de diálogo entre governo e comunidade acadêmica acerca das necessidades das pessoas com deficiência nessas instituições.

Já Silva e Carvalho (2021) tratam da inclusão das pessoas com deficiência na Educação Superior no contexto da implementação de políticas governamentais instituídas na década de 2000 e voltadas à inclusão de outros grupos historicamente marginalizados, considerando também marcadores de gênero e raça, por exemplo. Nesse contexto, a análise do Programa Incluir é desenvolvida de forma integrada a outras políticas públicas de ingresso e permanência em IES, quais sejam: FIES, PROUNI, Bolsa Permanência e Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Trata-se de

uma abordagem crítica que problematiza a implementação dessas iniciativas frente aos recentes avanços na inclusão desses públicos, considerando ainda o contexto do Plano Nacional de Educação 2001-2010. A ampliação do escopo de análise permite às autoras pontuar, por exemplo, a permanência de uma lógica meritocrática no ingresso e permanência de grupos sociais marginalizados, assim como a uma forte vinculação entre universidade e mercado que se evidencia pelo expressivo crescimento do ensino superior privado e suas implicações à inclusão de pessoas com deficiência e outros públicos das políticas públicas de ações afirmativas.

As contribuições apresentadas por Moreira et al. (2011), Maciel e Anache (2017) e Silva e Carvalho (2021) lançam provocações pertinentes a um entendimento mais amplo da complexidade conjuntural na qual o Programa Incluir é implementado. Situam, dessa forma, a referida política pública em uma densa rede de fatores sociopolíticos, no qual as universidades possuem um papel muito relevante – sobretudo, no que se refere à garantia do acesso e permanência de grupos historicamente marginalizados na Educação Superior.

Diferentemente dos estudos mapeados nos subitens 3.1 e 3.2, as pesquisas supracitadas pontuam questões pertinentes à concepção dessas políticas em sua formulação e desdobramentos posteriores ao ambiente universitário, confrontando esses aspectos aos princípios e objetivos compreendidos pelo Programa. Desse modo, apontam para a pertinência de reexame constante das concepções que fundamentam o Programa Incluir e aspectos conjunturais que permeiam a sua implementação. Trata-se de um exercício necessário que potencializa reflexões e, eventualmente, ajustes que podem aprimorar o seu desenho institucional e coerência quanto aos princípios de equidade e justiça social, assim como à sua efetividade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da produção acadêmica sobre o Programa Incluir permitiu identificar, no recorte adotado neste estudo, questões relevantes sobre a produção do conhecimento nessa área. É possível caracterizar o corpus mapeado como um agrupamento de estudos que vão além dos contornos institucionais compreendidos no desenho e implementação desta política pública. Desse modo, as pesquisas analisadas ilustram a complexidade e multiplicidade de fatores envolvidos na permanência de estudantes com deficiência nas instituições de

Educação Superior, dentre as quais o Programa Incluir figura como meio para alcance do objetivo central de mitigar as barreiras ainda existentes no processo de inclusão desse público e dos outros públicos-alvo da Educação Especial em contextos universitários diversos.

A identificação de aspectos comuns apresentados dos textos subsidiou a configuração de vertentes analíticas adotadas pelas pesquisas analisadas nas subseções 3.1, 3.2 e 3.3. Desse modo, foi possível compreender o Programa Incluir como fator correlacionado ao ingresso de estudantes com deficiência na Educação Superior, mas sobretudo, à sua permanência. Esse aspecto é evidenciado pela proporção expressiva de estudos centrados na atuação dos núcleos de acessibilidade das IFES, instância institucional das quais a criação e fortalecimento são potencializados por essa política pública.

Além disso, parte dos trabalhos mapeados se fundamenta em argumentos que subsidiam uma análise crítica e problematizadora do desenho e implementação do Incluir enquanto estratégia de inclusão de grupos minoritários na Educação Superior, junto a outras políticas públicas implementadas pelo Governo Federal e em escala local.

Considerando a diversidade de abordagens adotadas pelos(as) autores(as) e fatores envolvidos nos desdobramentos do Programa Incluir nas universidades contempladas, a análise em tela aponta para a necessidade de amadurecer desenhos de análise e avaliação que considerem a complexidade e especificidades envolvidas na permanência e êxito acadêmico de estudantes PAEE nas IFES.

Se, por um lado, é possível questionar a relação de causalidade estabelecida entre o Programa Incluir e o crescente ingresso de estudantes com deficiência na Educação Superior, questiona-se se, em sua ausência, esses ambientes institucionais iriam dispor de condições mínimas que pudessem assegurar a esse público o atendimento de suas necessidades educacionais específicas e consequente nível de interesse em ingressar nesse nível de ensino.

No momento no qual o texto em tela é publicado, o Programa Incluir se aproxima de duas décadas de implementação. A literatura revisitada neste artigo aponta para o alto grau de relevância dessa iniciativa na permanência e melhoria das condições de acessibilidade às pessoas com deficiência no âmbito das universidades públicas, uma vez que vem viabilizando a instituição e manutenção das atividades desenvolvidas pelos núcleos de acessibilidade, além de possibilitar a realização de melhorias nas condições de acessibilidade

em suas diversas dimensões. Embora sejam constatadas diversas limitações e possibilidades de aprimoramento no desenho da política e acesso a recursos necessários à qualificação das iniciativas voltadas à permanência de estudantes com deficiência, a relevância do Programa Incluir é indiscutível.

Apesar disso, constata-se que a continuidade de políticas dessa natureza não se dá de forma trivial e garantida. Exemplo disso é a ausência do Programa Incluir no Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência - Novo Viver sem Limite, lançado em 2023 (Brasil, 2023). Considerando que a primeira versão do Viver sem Limite, em 2011 (Brasil, 2011), contava com o Programa Incluir, a ausência agora observada merece atenção e figura como questão preocupante, dada a necessidade premente de ampliação de recursos que sustentam as iniciativas voltadas à inclusão dos estudantes PAEE nas universidades, nas quais esse público vem ingressando em tendência crescente.

Em contrapartida, observa-se a contemplação do Programa Incluir no Projeto de Lei n. 5395, de 2023, em tramitação no Senado Federal e aprovado para sanção em junho de 2024 (Agência Senado, 2024). O projeto consiste na Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o qual objetiva ampliar e garantir as condições de permanência dos(as) estudantes na Educação Superior e na Educação Profissional, Científica e Tecnológica Pública Federal (Brasil, 2023, Art. 1º).

Dado o expressivo número de universidades federais contempladas pelo Programa Incluir e qualidade da produção acadêmica voltada ao entendimento das condições de acesso e permanência das pessoas com deficiência na Educação Superior no Brasil - da qual o presente artigo envolve apenas uma parcela - compreende-se a necessidade de ampliação de estudos avaliativos acerca desta iniciativa.

A identificação dos aspectos críticos à efetividade do Programa Incluir, assim como a identificação de boas práticas e experiências exitosas no âmbito das IFES por ele contempladas nesse período vêm contribuindo para a construção do conhecimento na área da Educação Especial, ao passo em que se debruçam sobre as condições que determinam a inclusão das pessoas com deficiência nas IFES. Além disso, infere-se que as produções acadêmicas situadas nesse escopo possuem potencial em contribuir também para a implementação e reformulação de políticas e medidas institucionais instauradas localmente pelas IFES, com o intuito de potencializar ambientes universitários cada vez mais inclusivos e sem barreiras de acessibilidade.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Comissão aprova criação da Política Nacional de Assistência Estudantil**. Senado Federal: 7 maio 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/05/07/comissao-aprova-criacao-da-politica-nacional-de-assistencia-estudantil>. Acesso em: 01 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Orientador**: Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior. Brasília: Secad/Sesu, 2013. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/sesu/pdf/documento_orientador_programa_incluir.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Novo Viver sem Limite**: Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/PlanoNacionaldosDireitosdaPessoacomDeficienciaNovoViverSemLimite.pdf>. Acesso em: 01 jul 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 01 jul. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 06 jul. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 29 ago. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 06 jul. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm#art1. Acesso em: 29 ago. 2023.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Viver sem Limite:** Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. 2011. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/turismo-acessivel/Cartilha_Plano_Viver_sem_Limite.pdf. Acesso em: 01 jul. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei n. 5395, de 2023.** Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil. 2023. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9499120&ts=1718757501456&disposition=inline>. Acesso em: 01 jul. 2024.

CIANTELLI, A. P. C.; LEITE, L. P. Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras. **Revista Brasileira de Educação Especial**, [s. l.], v. 22, p. 413–428, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/xThw-G4Tvvt86tFY9cG66nN/?lang=pt>. Acesso em: 9 jan. 2024.

CIANTELLI, A. P. C.; LEITE, L. P.; NUERNBERG, A. H. Atuação do psicólogo nos “núcleos de acessibilidade” das universidades federais brasileiras. **Psicologia**

Escolar e Educacional, v. 21, p. 303–311, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/VSKtKF6XZP4z96Fghb7RMGv/?lang=pt>. Acesso em: 09 jan. 2024.

DINIZ, E. P. da S.; SILVA, A. M. da. Comparativo dos dados censitários da educação superior no Brasil da implementação do Programa Incluir aos dias atuais. **Horizontes - Revista de Educação**, v. 9, n. 16, p. 1–13, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/horizontes/article/view/13108>. Acesso em: 09 jan. 2024.

JACOBUS, A. E.; ROCHA, C. S.; KUNZLER, J.; MACHADO, J. D. D. Um olhar para a gestão da inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior brasileiro. **Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp**, v. 10, n. 1, dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/14096>. Acesso em: 14 ago. 2023.

LOUZADA, J. C. de A.; MARTINS, S. E. S. de O. Instrumento para avaliação de práticas, culturas e políticas inclusivas em contextos universitários. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, jan. 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15756>. Acesso em: 23 ago. 2023.

MACIEL, C. E.; ANACHE, A. A. A permanência de estudantes com deficiência nas universidades brasileiras 1. **Educar em Revista**, p. 71–86, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/zWvLd4CmZv7ZTnVYMNfr9kp/?lang=pt>. Acesso em: 09 jan. 2024.

MARTINS, D. A.; LEITE, L. P.; LACERDA, C. B. F. de. Políticas públicas para acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior brasileiro: uma análise de indicadores educacionais. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [s. l.], v. 23, p. 984–1014, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/kthK5F8Tx-S7Q49BpLnJLFvp/?lang=pt>. Acesso em: 09 jan. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2021**: divulgação dos resultados. Brasília: Diretoria de Estatísticas Educacionais, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/

documentos/2021/apresentac_ao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf.

Acesso em: 29 ago. 2023.

MOREIRA, K. D.; PEREIRA, M.; AMORIM, S. S.; MORETTO NETO, L. Políticas de inclusão aplicadas na Universidade Federal de Santa Catarina: gestão social ou gestão estratégica?. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, p. 251–273, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2011v4nespp251>. Acesso em: 09 jan. 2024.

MUZI, T. G.; MEDEIROS, J. Políticas públicas governamentais federais de acessibilidade na educação superior: O Programa Incluir e seus reflexos em Instituição do Estado do Rio de Janeiro. **Interfaces da Educação**, v. 12, n. 36, 2021. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/5504>. Acesso em: 09 jan. 2024.

PALMEIRA, L. L. L.; CORDEIRO, C. P. B. S.; SILVA, J. W. As políticas de inclusão na educação superior pública brasileira: o Programa Incluir no contexto da UFAL – Campus Arapiraca Sede. **Horizontes**, v. 40, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1370>. Acesso em: 09 jan. 2024.

RECHICO, C. F.; FREITAS, V. G. G. de. UFRR E O PROGRAMA INCLUIR: uma parceria na inclusão de alunos com NEE no ensino superior. **ACTA GEOGRÁFICA**, v. 2, n. 3, p. 131–138, 2008. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/189>. Acesso em: 09 jan. 2024.

SASSAKI, R. K. **As sete dimensões da acessibilidade**. São Paulo: Larvatus Prodeo, 2019.

SILVA, J. S. S.; CARVALHO, M. E. P. A educação superior contemporânea em tempos de luta por inclusão no sistema de ensino brasileiro. **Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, v. 23, n. 1, abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/30981>. Acesso em: 09 jan. 2024.

SILVA, J. C.; PIMENTEL, A. M. Inclusão educacional da pessoa com deficiência visual no ensino superior. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 29, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/jK7sbFJxkRX4z3n9Zbcdwd-J/?lang=pt#>. Acesso em: 13 ago. 2023.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, jan./mar. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 06 jun. 2024.